

DA PROFECIA À REVELAÇÃO: A TRANSIÇÃO DO PROFETISMO ISRAELITA À LITERATURA APOCALÍPTICA SEGUNDO PAUL D. HANSON

João Antonio Martins²⁶

RESUMO

Será analisada a relação entre o profetismo israelita e o surgimento da literatura apocalíptica no período do Segundo Templo, demonstrando que esta última não constitui uma ruptura com a tradição profética, mas sim um desdobramento teológico em contexto de crise. A pesquisa classifica-se como pesquisa bibliográfica de cunho analítico, fundamentando-se em autores reconhecidos como Paul D. Hanson, John J. Collins, Michael E. Stone, George W. E. Nickelsburg e Matthias Henze. A partir da investigação das fontes bíblicas e apócrifas, bem como da análise crítica da literatura especializada, o trabalho examina como os elementos escatológicos do profetismo — tais como o juízo divino, a restauração de Sião e a denúncia da injustiça — foram reelaborados no interior da apocalíptica mediante nova linguagem simbólica e cosmológica. A pesquisa identifica que a frustração com a teocracia pós-exílica e a ausência de um messias histórico impulsionaram a criação de uma nova gramática religiosa, marcada por revelações celestiais, visões e o deslocamento da esperança para além da história. Conclui-se que a literatura apocalíptica constitui uma forma de fidelidade reinterpretada, oferecendo resistência simbólica, consolo teológico e sustentação da fé em tempos de colapso institucional e espiritual. A pesquisa reafirma o papel da apocalíptica como resposta pastoral e escatológica à crise, configurando-se como uma extensão visionária da missão profética no seio de comunidades marginalizadas.

Palavras-chave: Profetismo; Apocalíptica; Escatologia; Esperança; Paul D. Hanson.

INTRODUÇÃO

A relação entre fé, história e linguagem simbólica sempre ocupou um papel central nas tradições religiosas do antigo Israel. Entre as expressões mais notáveis dessa relação, destacam-se o profetismo e a apocalíptica, ambos marcados por uma profunda inquietação diante das injustiças sociais e da ruptura da ordem sagrada. Em momentos de instabilidade política e colapso institucional, essas tradições ofereceram não apenas

²⁶ Mestrando em Teologia pela FABAPAR (Faculdade Batista do Paraná), licenciado em História pela FAM (Faculdade Maranhense) e pós-graduando em História, Geografia e Arqueologia Bíblica pela Faculdade Batista Pioneira. É escritor, com livros publicados, e editor na Manna Editora.

consolo espiritual, mas também uma crítica contundente às estruturas vigentes, reafirmando a soberania de Deus e a esperança em um futuro redentor.

Durante o período pós-exílico, especialmente sob o domínio persa, a frustração diante da não realização das promessas de restauração intensificou o surgimento de novos discursos religiosos. A figura do profeta, até então reconhecida como mediadora entre Deus e o povo, dá lugar a novos personagens: os visionários apocalípticos. Estes reinterpretem os mesmos símbolos escatológicos da tradição profética, porém em uma chave transcendental, deslocando a intervenção divina do tempo histórico para o tempo cósmico e absoluto.

Delimita-se, portanto, como tema deste trabalho, a investigação da transição entre o profetismo israelita e a literatura apocalíptica, tendo como base principal os estudos de Paul D. Hanson. A questão central que guia a pesquisa é: de que modo a tradição profética influenciou a formulação do pensamento apocalíptico judaico? Essa pergunta permite explorar os pontos de contato entre ambas as tradições e entender como as transformações históricas e sociais influenciaram a reelaboração teológica da esperança escatológica.

Como possíveis hipóteses, considera-se que a apocalíptica não surgiu de forma abrupta nem alheia às raízes religiosas de Israel, mas constitui uma resposta teológica legítima às crises enfrentadas pelo povo judaico no período pós-exílico. A apocalíptica pode ser vista, assim, como a continuidade reinterpretada do profetismo, que, diante da falência das instituições políticas e religiosas, transferiu o eixo da esperança para uma intervenção divina cósmica e final.

O objetivo geral deste trabalho é compreender como se deu a transição entre o profetismo e a apocalíptica no contexto bíblico. Como objetivos específicos, busca-se: a) identificar os elementos escatológicos presentes no discurso profético; b) analisar os fatores históricos e teológicos que motivaram a transformação dessa linguagem; c) examinar como a literatura apocalíptica reformula a esperança profética; e d) apresentar as contribuições de Paul D. Hanson para a compreensão dessa transição.

A relevância desta pesquisa se manifesta na possibilidade de contribuir com uma leitura mais integrada e coerente da tradição bíblica, superando dicotomias simplistas que separam profecia e apocalíptica como discursos contraditórios. Para a comunidade

científica, o trabalho oferece subsídios teológicos e hermenêuticos que podem enriquecer os estudos sobre escatologia, resistência religiosa e literatura sagrada em contextos de opressão e crise.

A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, fundamentada em obras clássicas e contemporâneas da teologia e dos estudos bíblicos. A análise será conduzida por meio da leitura crítica e interpretativa de textos proféticos e apocalípticos, com especial atenção às categorias propostas por Paul D. Hanson, além de outros estudiosos como John J. Collins e Abraham J. Heschel, cuja contribuição amplia o diálogo entre os discursos religiosos e os contextos históricos em que foram produzidos.

2. O PROFETISMO ISRAELITA: CONTEXTO E CARACTERÍSTICAS

O profetismo constitui uma das manifestações mais marcantes da experiência religiosa de Israel, assumindo papel central na construção da identidade teológica, ética e política do povo hebreu. Longe de ser um fenômeno isolado ou puramente místico, o profetismo israelita emerge como resposta histórica a momentos de crise, ruptura e transformação social. Sua origem está estreitamente ligada à tradição da aliança mosaica, na qual Yahweh se revela como Deus libertador e legislador, exigindo justiça, fidelidade e retidão como expressões concretas da adoração. Nesse contexto, o profeta não atua apenas como porta-voz de mensagens divinas, mas como intérprete autorizado da vontade de Deus diante das realidades humanas, sociais e institucionais. Segundo Abraham Heschel (2001, p. 18), o profeta é “um homem que sente intensamente; é a consciência moral da nação, um ser com um senso agudo do que está errado no mundo”.

A atuação profética desenvolve-se como instrumento de mediação entre o sagrado e o cotidiano, entre o transcendente e a história. Os profetas não apenas previam o futuro, mas confrontavam o presente, denunciando a opressão, a idolatria e a corrupção das lideranças religiosas e políticas. Essa denúncia se dava sempre a partir de um compromisso radical com a aliança e com a justiça, o que conferia ao profetismo uma dimensão ética indissociável de sua função religiosa. De acordo com John Barton (2007, p. 69), o profeta bíblico é “um reformador social impulsionado pela convicção de que a sociedade deve ser julgada de acordo com os padrões de Deus”. Assim, o profetismo

israelita se configura como força viva e dinâmica na história do Antigo Israel, atuando como guardião da verdade e da justiça divina diante de um mundo frequentemente marcado pela infidelidade.

2.1. Origem e função social dos profetas em Israel

O profetismo israelita deve ser compreendido como uma instituição carismática profundamente inserida na vida sociopolítica de Israel, surgida em momentos críticos da história nacional como resposta teológica às ameaças à identidade, à aliança e à soberania divina. Não se tratava de uma função estática ou puramente ritualística, mas de um ministério dinâmico que se adaptava às exigências históricas. De acordo com Paul D. Hanson (1975), o profeta era alguém tomado pela missão de comunicar à comunidade humana a revelação recebida do conselho celestial de Yahweh. Tal mediação não era neutra: ela possuía forte carga crítica, política e ética, pois envolvia julgamento das instituições, denúncia das iniquidades e apelo à conversão.

A atuação profética, desde Samuel até os profetas maiores, sempre esteve ligada à defesa da fidelidade à aliança mosaica. A rejeição de reis como Saul e Acabe por parte de Samuel e Elias, respectivamente, revela que o profeta detinha autoridade não apenas religiosa, mas também política, frequentemente contrapondo-se ao abuso de poder e à idolatria estatal.

Neste sentido, o profeta não era apenas um transmissor de oráculos, mas um agente público cuja missão incluía atos simbólicos e gestos dramáticos capazes de impactar o imaginário coletivo e denunciar o distanciamento das instituições em relação à justiça da aliança (SICRE DÍAZ 2006, p. 42).

Nickelsburg (2003, p. 12) afirma que o profeta cumpria a função de memória ativa da aliança: relembrava ao povo que o compromisso com Yahweh envolvia justiça, retidão e cuidado com os vulneráveis — os órfãos, as viúvas, os estrangeiros — elementos centrais da Lei. Como reflexo disso, Isaías repreende: “Ai dos que decretam leis injustas, dos escrivães que registram opressão, para privarem os fracos de seus direitos” (Is 10.1-2).

A Bíblia apresenta o profeta não apenas como oráculo, mas como sujeito afetado pela Palavra de Deus. Jeremias é um exemplo paradigmático: ele sofre a perseguição, é

lançado na cisterna (Jr 38:6), amaldiçoa o dia de seu nascimento (Jr 20.14), mas não pode calar o fogo que arde dentro de si (Jr 20.9). Essa dimensão existencial e afetiva do profetismo é amplamente explorada por Abraham J. Heschel (2001), que afirma: “O profeta é alguém que vive não apenas no tempo do seu povo, mas também no tempo de Deus. Ele sente o que Deus sente. Sua indignação não é só humana: é teopática”.

Além de seu engajamento sociopolítico, os profetas serviam como intérpretes da história. Em vez de ver os acontecimentos como fatos isolados, o profeta os lia à luz da aliança: a derrota militar, a opressão econômica, a idolatria política — tudo era entendido como reflexo da infidelidade a Deus. Nesse sentido, a profecia era profundamente hermenêutica, oferecendo uma leitura crítica da realidade através de um referencial teológico. Michael Fishbane (2005) destaca que essa função interpretativa levou ao desenvolvimento de formas literárias complexas — oráculos, lamentações, visões — que serviram de base para a linguagem simbólica da apocalíptica posterior.

2.2. A centralidade da aliança, da justiça e da escatologia

No centro da mensagem profética está a aliança entre Deus e Israel, frequentemente evocada como cláusula ética e social. A fidelidade a Yahweh não era apenas expressa por ritos e sacrifícios, mas exigia uma prática concreta de justiça. Esse princípio é reiterado pelos profetas clássicos. Isaías denuncia o culto vazio: “De que me serve a multidão dos vossos sacrifícios? [...] Lavai-vos, purificai-vos. Tirai da minha presença o mal dos vossos atos” (Is 1.11,16). Em Amós, a denúncia ganha contornos ainda mais enfáticos: “Eu odeio e desprezo as vossas festas [...] Mas corra o juízo como as águas, e a justiça como um ribeiro perene” (Am 5.21,24). Essas passagens demonstram que o profeta não aceitava dissociação entre liturgia e ética.

Neste mesmo sentido, observa-se que outros profetas — como Isaías, Jeremias, Sofonias e Ezequiel — denunciaram com firmeza os líderes religiosos por seus desvios éticos, impiedade e corrupção no exercício sacerdotal, demonstrando que a verdadeira fidelidade à aliança exigia compromisso prático com a justiça, não apenas observância ritual (SICRE DÍAZ, 2006, p. 76).

A justiça era a expressão concreta da aliança, e a escatologia — ainda em chave histórica — era seu horizonte de realização. A promessa de Yahweh de restaurar

Jerusalém, proteger o povo e fazer brotar um novo líder messiânico era lida como cumprimento histórico da fidelidade divina.

Segundo Collins (2021), a escatologia profética alimentava uma esperança concreta: a de que a história ainda estava sob o controle de Deus, e que Ele interviria dentro dela para restaurar a ordem. Essa restauração, porém, sempre vinha precedida de juízo, uma purificação que visava reconduzir o povo à justiça.

A escatologia profética difere da apocalíptica não em seu conteúdo, mas em sua expectativa de cumprimento. Enquanto o profeta espera a intervenção divina dentro da história — por meio da reforma política ou do retorno à justiça —, o apocalíptico projeta essa intervenção para além da história, como um evento cósmico e final. No entanto, os temas são os mesmos: restauração, julgamento, fidelidade e esperança (COLLINS, 2021, p. 47).

A esperança escatológica, especialmente em Isaías 40–66, começa a assumir contornos mais amplos e transcendentais. Já não se trata apenas de reconstruir Jerusalém como cidade histórica, mas de instaurar um novo céu e uma nova terra, onde a justiça habite (Is 65:17). Essa projeção do escatológico para além do imediato abre caminho para o desenvolvimento posterior da linguagem apocalíptica, onde as mesmas esperanças ganham simbolismo cósmico e angelológico.

2.3. Profetas escatológicos como precursores da apocalíptica

Com a intensificação das crises nacionais — destruição do templo, deportações, perda da independência política — a linguagem profética evolui para formas mais visionárias. Isaías, Jeremias, Ezequiel e Zacarias passam a empregar simbolismos cada vez mais complexos para descrever a ação divina, e já não se limitam a exortar o povo, mas a transmitir visões de transformação absoluta da realidade. Ezequiel, em especial, é um precursor claro da literatura apocalíptica: sua visão da glória de Deus sobre os querubins (Ez 1), a reconstrução do templo ideal (Ez 40–48), e o vale de ossos secos (Ez 37) compõem um imaginário que será desenvolvido em Daniel e em 1 Enoque.

Michael E. Stone (1991) afirma que a presença de visões, figuras angelicais e cenários cósmicos já no profetismo tardio mostra uma transição gradual para a apocalíptica. Essas características surgem não como ruptura, mas como aprofundamento simbólico, à medida que o contexto político já não comportava uma esperança restauracionista tradicional. Em Daniel, por exemplo, o Filho do Homem (Dn 7.13–14)

aparece vindo nas nuvens, recebendo autoridade eterna — imagem que transita entre a promessa messiânica de Isaías 11 e o simbolismo transcendente da apocalíptica.

Essa continuidade é reconhecida por Hanson (1975), que argumenta que a apocalíptica emerge das ruínas do profetismo como sua herdeira legítima: ela retoma o compromisso ético, mantém o juízo como critério divino e projeta a esperança para além da história sem abandoná-la completamente. Em síntese, os profetas escatológicos não apenas precedem a apocalíptica — eles a fundamentam.

3. A CRISE DO PÓS-EXÍLIO E O COLAPSO DAS ESTRUTURAS TEOCRÁTICAS

O período pós-exílico marca uma das fases mais críticas da história de Israel, caracterizada por intensas transformações teológicas, políticas e sociais. Com o retorno do exílio babilônico, sob autorização persa, esperava-se a realização das promessas proféticas de restauração nacional, reconstrução do templo e reestabelecimento da justiça em Jerusalém. No entanto, essa esperança rapidamente deu lugar à frustração: a realidade que os repatriados encontraram era marcada por pobreza, instabilidade institucional e ausência de um líder davídico legítimo. Segundo Paul D. Hanson (1975), esse contexto gerou uma profunda crise escatológica, pois as instituições restauradas — particularmente o templo e o sacerdócio — não conseguiram mediar adequadamente a presença de Deus nem concretizar as expectativas messiânicas alimentadas no exílio.

Essa desilusão histórica abriu caminho para o surgimento de novos modelos teológicos, nos quais a esperança se desloca do campo político para o plano transcendental. O colapso das estruturas teocráticas não significou o abandono da fé, mas sim a reconfiguração da promessa divina em uma nova gramática simbólica. Como observa John J. Collins (2021), a literatura apocalíptica surge exatamente nesse ponto de ruptura, respondendo ao silêncio de Deus na história com visões reveladas de um futuro cósmico de justiça. A falência das mediações históricas — rei, templo e sacerdote — levou à emergência de discursos teológicos alternativos, produzidos por comunidades marginalizadas que mantinham a fidelidade à aliança reinterpretando-a em termos escatológicos. O pós-exílio, portanto, não é apenas um tempo de reconstrução física, mas de crise e reinvenção teológica profunda.

3.1. A frustração escatológica e a crise das instituições

O retorno do exílio babilônico, ao contrário do que se esperava, não representou o cumprimento pleno das promessas proféticas de restauração. A reconstrução do templo, conduzida sob a liderança de Zorobabel e Josué, foi recebida com entusiasmo inicial, mas logo revelou sua limitação política e espiritual. A ausência de uma liderança messiânica davídica, a subordinação ao Império Persa e a continuidade das desigualdades sociais geraram uma profunda frustração escatológica. Como afirma Paul D. Hanson (1975), a esperança de um novo êxodo e de uma nova Sião cede lugar à desilusão, pois as estruturas institucionais restauradas não corresponderam ao ideal profético.

O profetismo pós-exílico, como se encontra em Ageu, Zacarias e Malaquias, evidencia a tentativa de reavivar a esperança no contexto de uma teocracia frágil e elitizada. No entanto, esses textos revelam também as tensões internas: corrupção no sacerdócio (Ml 1.6–14), injustiça social (Ml 3.5) e declínio espiritual. Segundo John J. Collins (2021), essa realidade gerou uma mudança de paradigma: a expectativa de uma intervenção de Deus dentro da história, mediada pelas instituições, começa a ser transferida para o plano cósmico e escatológico.

A comunidade que retornou do exílio não encontrou uma nação renovada, mas um território politicamente marginalizado, com forte influência persa e crescente tensão interna. A promessa de Is 52:8-10, que anunciava a salvação visível aos olhos de todas as nações, parecia adiada indefinidamente. A história, outrora interpretada como campo de atuação divina, tornou-se opaca. Nesse contexto, a esperança não desaparece, mas se transforma em anseio por revelação. É o início do deslocamento do profético para o apocalíptico.

3.2. A teocracia sacerdotal e o desencanto político

Após o retorno do exílio, o poder político em Judá foi progressivamente transferido ao sacerdócio. O sumo sacerdote passou a ocupar a posição de maior influência, tanto no templo quanto na administração local. Essa concentração de poder foi recebida com ambivalência. De um lado, havia a legitimidade ritual; de outro, a crescente percepção de

distanciamento espiritual e moral dos líderes religiosos. Textos como o de Malaquias denunciam abertamente esse estado de coisas: “Vós vos desviastes do caminho, fizestes tropeçar a muitos na Lei, corrompestes a aliança de Levi” (Ml 2.8). A teocracia tornou-se símbolo de formalismo vazio e distanciamento da justiça exigida pela aliança.

Essa crítica é também literariamente desenvolvida nos escritos apocalípticos. No livro de 1 Enoque, especialmente nas parábolas (1En 37–71), os sacerdotes corrompidos são substituídos por figuras angelicais e celestes que mediam a justiça divina.

Assim, corroborando com o descrito, Lange argumenta que o desencanto com o modelo sacerdotal no Segundo Templo motivou a reinterpretação dos textos proféticos em chave apocalíptica, transferindo a esperança de restauração para um futuro revelado diretamente por Deus, e não mediado pelas instituições corrompidas (LANGE 2006, p. 54)

Para Matthias Henze (2011), esse deslocamento reflete o desencanto com a elite sacerdotal e a necessidade de imaginar uma nova ordem legítima, não baseada na linhagem levítica, mas na escolha divina revelada em visões.

A autoridade sacerdotal, antes celebrada como instrumento da aliança, passa a ser retratada como parte do problema. Em muitos textos apocalípticos, os líderes do templo são acusados de corrupção, de se aliarem aos poderes estrangeiros e de explorarem os justos. A apocalíptica, assim, se apresenta como contranarrativa: uma resistência simbólica à oficialidade do templo e à ideologia de poder que ele sustenta (HENZE, 2011, p. 214).

Essa oposição entre o templo e a revelação apocalíptica reflete uma tensão crescente entre a fé institucional e a fé visionária. A confiança na mediação sacerdotal, outrora central, passa a ser substituída pela figura do revelador — como Daniel —, que recebe diretamente de Deus o plano escatológico. Isso não significa abandono completo do templo, mas crítica à sua forma corrompida. É dentro desse contexto que floresce a literatura apocalíptica: um protesto contra a história que falha, um apelo à transcendência.

3.3. A ausência messiânica e o surgimento da esperança celeste

Um dos elementos centrais do desencanto pós-exílico foi a ausência de um messias davídico. A esperança de um rei ungido, justo e libertador, conforme Isaías 11 e Jeremias 23, foi frustrada. Zorobabel, descendente de Davi, aparece inicialmente como esperança messiânica (Ag 2.20-23), mas desaparece da cena histórica. Isso produziu

uma lacuna teológica que foi preenchida pela imaginação apocalíptica: a figura do messias se desloca da linhagem real para o campo celeste.

É nesse contexto que surge a imagem do “Filho do Homem” em Daniel 7.13-14, figura escatológica que recebe domínio, glória e um reino eterno. Esta imagem marca uma ruptura com o modelo político-histórico de liderança. Michael E. Stone (1991) interpreta essa mudança como sintoma da perda de fé nas instituições terrenas. A esperança messiânica já não se associa a reis humanos, mas a seres transcendentais, escolhidos diretamente por Deus, revelados por visões, que agirão no fim dos tempos.

A literatura apocalíptica assume, portanto, uma dupla função: manter viva a esperança no agir divino e criticar as estruturas existentes. Ao substituir o templo terreno pelo templo celeste, o sacerdote por anjos e o rei por o Filho do Homem, os apocalípticos reinterpretam a tradição sob a ótica do colapso histórico. Mas essa reinvenção não rompe com o passado — ela o ressignifica. Como afirma Hanson (1975), a apocalíptica não é uma fuga, mas uma forma sofisticada de fidelidade teológica em tempos de desilusão.

4. O SURGIMENTO DA APOCALÍPTICA: NOVAS FORMAS DE ESPERANÇA

O surgimento da literatura apocalíptica representa uma inflexão significativa na trajetória da teologia israelita, especialmente diante da persistente frustração com a realização das promessas proféticas no pós-exílio. À medida que as estruturas históricas e institucionais — como o templo, o sacerdócio e o messianismo davídico — demonstravam-se incapazes de mediar a justiça esperada, os grupos marginalizados começaram a projetar suas esperanças para além do horizonte histórico, deslocando-as para um plano cósmico e escatológico. De acordo com John J. Collins (2021), a apocalíptica emerge como uma resposta teológica a essa crise, oferecendo uma nova configuração da esperança baseada na revelação de realidades invisíveis, comunicadas por seres celestes a indivíduos escolhidos.

Nesse novo paradigma, a salvação já não depende da reforma política ou do retorno de um líder carismático, mas da intervenção sobrenatural de Deus no fim dos tempos. A linguagem direta da profecia é substituída por visões, sonhos e símbolos que

revelam o verdadeiro significado dos eventos presentes à luz do plano divino oculto. Michael E. Stone (1991) observa que esse deslocamento da esperança da história para o cosmos não é uma negação da tradição, mas uma intensificação de seus elementos escatológicos.

Essa mudança é descrita por Lange como uma reconfiguração da profecia em tempos de crise: o apocalíptico, herdeiro da tradição profética, escreve não apenas para consolar, mas para reinterpretar as promessas à luz de um juízo cósmico e universal (LANGE 2006, p. 61). A literatura apocalíptica, assim, torna-se o veículo por meio do qual a fé em Yahweh é preservada e atualizada em contextos de silêncio institucional, perseguição política e ausência de sinais tangíveis de restauração.

4.1. Elementos constitutivos da literatura apocalíptica

A literatura apocalíptica surge como uma tentativa de reelaborar a esperança escatológica diante do fracasso das mediações tradicionais — templo, monarquia, sacerdócio e história. Trata-se de um tipo de discurso religioso que não abandona o profetismo, mas o transforma radicalmente, incorporando elementos simbólicos, visionários e cosmológicos. John J. Collins (2021), em sua definição clássica, descreve a apocalíptica como uma revelação mediada por um ser celestial a um humano escolhido, concernente a uma realidade sobrenatural, tanto temporal (escatológica) quanto espacial (celestial). Essa estrutura narrativa inaugura uma nova forma de teologia: não mais baseada na observação da história, mas na revelação de seu sentido oculto.

Entre os principais elementos que compõem essa literatura destacam-se: o dualismo ético (justos e ímpios), o dualismo temporal (presente corrompido versus futuro restaurado), o juízo escatológico, a intervenção divina sobrenatural e a revelação angelológica. Michael E. Stone (1991) afirma que essas características se desenvolvem como resposta ao fracasso da teocracia pós-exílica em mediar a promessa. Ao invés de anunciar a salvação como fruto da reforma histórica, o apocalíptico a projeta no fim dos tempos, como resultado de uma intervenção transcendente e definitiva de Deus.

Essa mudança de paradigma também afeta a linguagem teológica. A história deixa de ser transparente e torna-se opaca, exigindo decodificação espiritual. O apocalíptico não interpreta os fatos visíveis, mas os vislumbra por meio de visões e sonhos. Essa

mediação visionária é evidente em Daniel 7, onde quatro bestas simbólicas representam impérios humanos, culminando com o “Filho do Homem” que recebe domínio eterno (Dn 7.13–14). Trata-se de uma narrativa mitopoética que subverte as estruturas visíveis, revelando que o verdadeiro poder não pertence aos reis terrenos, mas ao Deus dos céus.

4.2. Da restauração política à redenção cósmica

A apocalíptica representa a passagem de uma escatologia política e nacional para uma escatologia cósmica e universal. Enquanto os profetas esperavam a restauração de Israel como nação autônoma e justa, os apocalípticos anunciam a renovação total do cosmos, com novos céus e nova terra, conforme antecipado em Isaías 65 e plenamente desenvolvido em apocalipses como o de Enoque e o de Daniel. Essa ampliação da esperança não é gratuita: ela reflete o colapso das possibilidades históricas e o desejo de uma redenção absoluta, que ultrapasse as limitações da política e das instituições humanas.

George W. E. Nickelsburg (2003) argumenta que a redenção cósmica é o meio pelo qual os apocalípticos reafirmam a fidelidade divina, mesmo quando todas as estruturas visíveis falham. Em 1 Enoque 90, por exemplo, a história de Israel é contada por meio de metáforas animais, e sua culminância ocorre com a vinda de um trono celestial que inaugura o juízo final. Esse juízo não apenas pune os ímpios, mas purifica a criação e estabelece um novo mundo. A esperança, portanto, torna-se totalizante: não se restringe mais à comunidade de Judá, mas abarca toda a criação.

A apocalíptica é uma resposta radical a uma crise radical. Quando a história não mais pode sustentar a realização da promessa, a fé se lança além dela, em direção ao tempo escatológico. A esperança que antes se depositava no retorno de Davi, agora se projeta no Filho do Homem; o templo terreno é substituído pelo templo celeste; e o sacerdote por anjos ministradores. A fidelidade de Deus não é negada — é reinventada em outra chave (STONE, 1991, p. 93).

Essa transformação da esperança também implica uma nova concepção de justiça. A apocalíptica é profundamente moral: ela pressupõe que o juízo escatológico será baseado em critérios éticos, onde os justos serão recompensados e os ímpios condenados. Essa retribuição não ocorre mais no tempo presente, como previam os profetas, mas no “tempo do fim”, que será revelado a poucos escolhidos. A figura do

revelador, como Daniel, assume assim o papel de mediador do novo conhecimento sagrado.

4.3. O papel das comunidades marginais e a crítica ao poder

As primeiras comunidades apocalípticas, como aquelas ligadas aos textos de Qumran, eram grupos marginalizados do poder central de Jerusalém. Elas se viam como “filhos da luz” vivendo em meio às trevas do mundo e aguardando a revelação escatológica. Para Matthias Henze (2011), essas comunidades desenvolveram uma teologia da resistência: por meio da escrita simbólica, denunciavam a corrupção dos sacerdotes, a injustiça social e a dominação estrangeira. O mundo presente era visto como domínio das forças malignas, e o papel dos justos era resistir, preservar a pureza e esperar pela intervenção de Deus.

O conteúdo teológico dessa resistência aparece com clareza na Regra da Comunidade (1QS), onde os membros são instruídos a viver segundo os preceitos de Deus enquanto aguardam o “fim dos tempos”. O mundo é dividido entre filhos da luz e filhos das trevas, e o combate final será travado não com armas, mas com fidelidade. Essa tensão entre comunidade fiel e mundo corrompido é essencial para compreender a apocalíptica como uma teologia do “já e ainda não”: a justiça de Deus já se manifesta na vida da comunidade, mas será plenamente revelada apenas no juízo final.

A crítica ao poder instituído também se manifesta na forma como a apocalíptica retrata os impérios. Em Daniel 7, os reinos são descritos como feras, o que representa uma subversão da ideologia imperial. Ao invés de serem reflexo da ordem divina, são mostrados como manifestações da desordem, da violência e da opressão. Ao final, o domínio é entregue aos “santos do Altíssimo” (Dn 7.27), não como reconquista política, mas como dom escatológico. Hanson (1975) argumenta que essa inversão representa a reconstrução teológica da esperança a partir da margem, onde a linguagem simbólica substitui a linguagem histórica como instrumento de revelação.

5. A INFLUÊNCIA PROFÉTICA NA LITERATURA APOCALÍPTICA

Embora a literatura apocalíptica represente um avanço simbólico e teológico em relação à profecia clássica, ela permanece profundamente vinculada à tradição profética israelita. As denúncias contra a injustiça, a esperança no juízo divino e a promessa de restauração são temáticas que atravessam ambos os gêneros, ainda que em estruturas narrativas distintas. A apocalíptica herda da profecia o compromisso com a justiça de Deus e com a fidelidade à aliança, mas o expressa por meio de uma linguagem visionária que responde a um novo contexto: o da ausência de mediações históricas confiáveis e da crescente opressão sob domínios estrangeiros. Segundo George W. E. Nickelsburg (2003), os elementos escatológicos da profecia são reinterpretados na apocalíptica, ganhando novos contornos simbólicos, mas preservando seu conteúdo teológico fundamental.

Essa influência se manifesta de forma estruturada em textos como o livro de Daniel, onde é possível identificar a fusão entre formas proféticas e apocalípticas. O próprio Daniel é apresentado como uma figura profética, cuja missão é revelar os mistérios de Deus em tempos de crise, retomando o papel do profeta como mediador da vontade divina.

Collins (2021) observa que o livro de Daniel representa um ponto de transição essencial, no qual os oráculos escatológicos da tradição profética são integrados a um novo estilo literário, mais simbólico e codificado. A análise dessa continuidade revela que a apocalíptica não rompe com a profecia, mas a prolonga, adaptando sua mensagem às novas demandas históricas e espirituais vividas pelas comunidades pós-exílicas.

5.1. Permanência dos temas escatológicos proféticos

A literatura apocalíptica não se constrói a partir do nada: ela é o desdobramento simbólico e teológico de temas centrais do profetismo israelita. A escatologia profética — centrada na ideia de restauração de Sião, juízo sobre os ímpios, retorno à justiça e fidelidade à aliança — fornece a matriz que será intensificada na apocalíptica. Segundo John J. Collins (2021), o impulso escatológico da profecia está na base de toda esperança apocalíptica. Em livros como Isaías, Ezequiel e Zacarias, a expectativa de uma

intervenção definitiva de Yahweh já se apresenta como elemento central, embora ainda articulada no plano da história.

Um exemplo claro encontra-se em Isaías 65.17–25, onde se profetiza: “Pois eis que eu crio novos céus e nova terra; e não haverá lembrança das coisas passadas”. Essa renovação da criação será retomada com força na literatura apocalíptica, especialmente no livro de Daniel e no Apocalipse de João. A ideia de um juízo final também se manifesta já em Isaías 66:16, onde “o Senhor julgará com fogo e com espada toda carne”. Tais imagens demonstram que o juízo cósmico, posterior, já encontra raízes na teologia profética.

De acordo com George W. E. Nickelsburg (2003), os profetas lançam os fundamentos de uma escatologia que será universalizada e interiorizada pelos apocalípticos. Eles mantêm a expectativa de que Deus agirá com justiça, mas agora deslocam o cenário da ação: da política para o cosmos, da história para o tempo final. É esse deslocamento que a apocalíptica realiza, sem abandonar o conteúdo da promessa.

5.2. A escatologia reformulada: tempo, mediação e linguagem

A escatologia apocalíptica representa uma reformulação da esperança profética, motivada pela frustração com a história. Enquanto os profetas esperavam a intervenção divina como evento histórico — geralmente associado à reforma de instituições ou à ascensão de um messias davídico — os apocalípticos deslocam essa intervenção para o plano transcendente. Como afirma Paul D. Hanson (1975), os apocalípticos mantêm o conteúdo da promessa profética, mas mudam sua moldura hermenêutica: a salvação já não virá por mediações humanas, mas por revelação direta de Deus em forma de visões, sonhos e mensagens angelicais.

Essa nova forma de mediação exige também nova linguagem. O discurso direto dos profetas cede espaço à narrativa simbólica e visionária. O profeta falava com clareza ao povo; o apocalíptico escreve com imagens codificadas para uma comunidade restrita. Isso não significa esoterismo, mas uma nova estratégia de preservação da esperança.

Segundo Stone (1991), essa mudança responde à necessidade de manter viva a fé em tempos de perseguição e silêncio institucional.

A apocalíptica não elimina a profecia, mas a reinterpreta. A esperança não é abolida, mas deslocada. Os mesmos elementos permanecem: o juízo sobre os ímpios, a glorificação dos justos, o reinado divino. O que muda é o horizonte: da história para o mito, da política para a teofania, do templo para o céu (STONE, 1991, p. 104).

Esse novo horizonte permite que a linguagem profética floresça de forma intensificada. Os oráculos escatológicos de Isaías, Jeremias e Ezequiel são tomados e reinterpretados pelos apocalípticos com carga simbólica ampliada. A figura do “servo sofredor”, o “tronco de Jessé”, o “resto fiel” e a “nova aliança” aparecem em textos apocalípticos como elementos transpostos para o tempo do fim. Trata-se, como observa Collins (2021), de uma teologia da fidelidade reimaginada.

5.3. Exemplos paradigmáticos: Daniel, Zacarias e o Filho do Homem

A influência do profetismo sobre a literatura apocalíptica encontra expressão paradigmática no livro de Daniel. Embora estruturado como narrativa apocalíptica, o texto está saturado de referências proféticas. A oração de Daniel em 9:4–19 é construída sobre a teologia deuteronomista da aliança, da culpa nacional e da misericórdia divina. O capítulo 7, com a visão das quatro bestas e do “Filho do Homem”, retoma a tradição profética do juízo das nações e da exaltação dos justos.

O “Filho do Homem”, figura central na escatologia apocalíptica, é herdeiro direto das promessas messiânicas dos profetas. Ele representa uma nova mediação: não mais o rei terreno, mas uma figura celeste, revestida de autoridade divina. Nickelsburg (2003) observa que essa figura funde elementos do “servo do Senhor” de Isaías, do “filho de Davi” de Jeremias e do “anjo do Senhor” de Zacarias, compondo um novo agente escatológico de salvação.

Zacarias, por sua vez, apresenta visões que já prefiguram o estilo apocalíptico: quatro cavaleiros (Zc 1), o candelabro de ouro (Zc 4), a mulher no efa (Zc 5). Essas imagens, embora ligadas à realidade pós-exílica, são reinterpretadas como metáforas cósmicas nos apocalipses posteriores. Collins (2021) afirma que Zacarias é um exemplo de como o profetismo pode se transformar em apocalíptica sem deixar de ser profecia — o que reforça a continuidade entre os dois gêneros.

Em suma, a literatura apocalíptica não nega a profecia, mas a carrega em si, sob nova forma. Ela prolonga sua esperança, reelabora suas imagens e atualiza sua

promessa. Como lembra Hanson (1975), a apocalíptica é “profecia em tempos de colapso”, uma resposta visionária ao silêncio das instituições e à persistência do mal. Ela é, portanto, a forma pela qual a profecia continua a falar quando a história já não responde.

6. CONTRIBUIÇÕES DE PAUL D. HANSON PARA A COMPREENSÃO DA TRANSIÇÃO

A compreensão da transição entre o profetismo e a apocalíptica foi profundamente enriquecida pelos estudos de Paul D. Hanson, cuja obra se tornou referência incontornável na teologia bíblica contemporânea. Ao propor que a apocalíptica não constitui uma ruptura radical com a tradição profética, mas seu desenvolvimento interno diante da crise institucional do período pós-exílico, Hanson inaugura uma abordagem interpretativa que integra continuidade e transformação dentro do pensamento escatológico judaico. Sua análise parte da constatação de que os elementos centrais da profecia — juízo, esperança, justiça e fidelidade à aliança — são preservados e adaptados na literatura apocalíptica, em meio ao colapso das mediações históricas e teológicas do Segundo Templo.

O presente tópico examina criticamente as contribuições de Hanson para essa interpretação da transição, com atenção especial ao modo como ele articula crise, linguagem simbólica e função pastoral na estrutura da apocalíptica. Ao mesmo tempo, avalia-se a recepção de sua tese por outros estudiosos, como John J. Collins, George W. E. Nickelsburg e Michael E. Stone, que, embora reconheçam a relevância de sua abordagem, propõem complementações importantes, especialmente no que se refere às influências culturais externas e ao contexto da literatura intertestamentária. Ao analisar a proposta de Hanson e suas implicações, o capítulo busca aprofundar a compreensão da apocalíptica não apenas como gênero literário, mas como expressão teológica complexa e historicamente situada.

6.1. A apocalíptica como desenvolvimento interno do profetismo

A principal tese de Paul D. Hanson, desenvolvida em sua obra seminal *The Dawn of Apocalyptic* (1975), propõe que a literatura apocalíptica não é um fenômeno religioso estranho ou desvinculado da tradição profética israelita, mas sim seu prolongamento histórico e teológico. Para Hanson, a apocalíptica deve ser entendida como um desenvolvimento interno do profetismo, nascido da frustração com as instituições religiosas e políticas do pós-exílio. A linguagem visionária, os elementos angelológicos e a escatologia transcendental não são inovações ex nihilo, mas respostas criativas ao fracasso das expectativas messiânicas e da restauração nacional.

Segundo o autor, a desilusão com o templo, a ausência de um rei davídico e a subordinação ao império persa geraram um deslocamento da esperança escatológica para um horizonte cósmico. Isso levou à substituição da linguagem direta dos profetas por narrativas simbólicas, nas quais a revelação divina é mediada por visões e seres celestiais. Ainda assim, os temas centrais do profetismo — como o juízo divino, a restauração dos justos e a condenação dos ímpios — permanecem como núcleo teológico da apocalíptica. A inovação está na forma de expressá-los, e não em seu conteúdo essencial (HANSON, 1975).

6.2. A apocalíptica como crítica ao poder teocrático institucionalizado

Outro ponto central da análise de Hanson é a compreensão da apocalíptica como discurso crítico à institucionalidade do Segundo Templo. No retorno do exílio, o poder passou a concentrar-se na casta sacerdotal, que restaurou o culto, mas não conseguiu realizar a justiça social preconizada pelos profetas. Essa liderança, muitas vezes aliada aos poderes imperiais, perdeu legitimidade aos olhos de grupos marginalizados. Hanson argumenta que a literatura apocalíptica foi produzida justamente por esses grupos periféricos, que se opunham simbolicamente ao poder central, reivindicando a fidelidade a Deus contra as estruturas corrompidas.

Essa crítica é manifesta no livro de 1 Enoque, onde os líderes são comparados a animais cegos que guiam o rebanho ao erro (1En 89–90), e no livro de Daniel, onde os impérios mundanos são representados por bestas que serão derrotadas no juízo final.

Para Hanson, essas imagens expressam o rompimento com a lógica do poder humano, bem como a esperança de que a autoridade legítima será restaurada por intervenção divina. Assim, a apocalíptica surge como teologia da resistência — uma espiritualidade produzida à margem do templo, mas profundamente ancorada na tradição profética da aliança e da justiça.

A literatura apocalíptica não emerge como negação do profetismo, mas como resposta criativa à crise das instituições que sustentavam sua escatologia. Quando as estruturas teocráticas fracassam e a história deixa de ser espaço de atuação divina reconhecível, os visionários preservam o conteúdo da esperança em nova forma. A justiça prometida pelos profetas não é abandonada, mas transferida para um juízo final; a restauração de Israel, agora, não se dará mais por reformas internas, mas por intervenção cósmica; e o templo, símbolo corrompido, será substituído pela morada celestial. O impulso é o mesmo: manter viva a promessa (HANSON, 1975, p. 112).

Essa crítica à teocracia do Segundo Templo representa mais do que uma rejeição pontual ao sacerdócio corrupto; ela expressa uma releitura profunda das mediações religiosas tradicionais. Ao transpor a autoridade do templo terreno para o templo celeste e do sacerdote para o anjo mediador, os apocalípticos deslegitimam o monopólio institucional da revelação e transferem a mediação divina para figuras não reconhecidas pela casta dominante. Esse deslocamento simbólico visa restaurar a autenticidade da fé, agora afastada das estruturas de poder e religiosidade oficial. Com isso, a literatura apocalíptica se afirma como voz alternativa, teologicamente fundamentada, de uma espiritualidade insurgente que busca reconectar-se diretamente com o sagrado.

Além disso, o julgamento reservado às lideranças religiosas no discurso apocalíptico não é apenas punitivo, mas também escatológico e reordenador. Os líderes do templo são representados como responsáveis pela cegueira espiritual do povo, e sua substituição por seres celestiais simboliza a purificação do culto e a restauração da verdadeira adoração. Essa teologia da substituição, articulada por meio de visões e metáforas, revela uma crítica estrutural ao sistema religioso vigente e, ao mesmo tempo, uma proposta de reconstrução espiritual radical. Assim, a apocalíptica não se limita a denunciar: ela oferece uma nova configuração de autoridade e de esperança, baseada não na manutenção do status quo, mas na expectativa do juízo redentor de Deus

6.3. A apocalíptica como discurso pastoral e teologia da esperança

Além de seu caráter político e simbólico, a apocalíptica possui também, segundo Hanson, uma dimensão pastoral. Trata-se de uma teologia produzida para sustentar a fé de comunidades oprimidas, privadas de sinais visíveis da atuação de Deus. Nesse sentido, a apocalíptica opera como continuidade do profetismo não apenas em termos teológicos, mas também espirituais. Ela conserva o clamor pela justiça, a denúncia do mal e a promessa da salvação. Mas o faz em condições de ocultamento da ação divina, exigindo um novo tipo de fidelidade: aquela que se mantém mesmo sem ver, sustentada por revelações.

Hanson compreende que o discurso apocalíptico tem função terapêutica: ele reorganiza a realidade caótica num esquema inteligível, em que o mal é temporário e a justiça triunfará no tempo de Deus. Ao fazer isso, a apocalíptica dá sentido ao sofrimento e oferece coragem para resistir. Ela não é escapista, mas comprometida com uma verdade maior que transcende o presente. Por isso, Hanson define a apocalíptica como “profecia em tempos de colapso”: um discurso que nasce do esgotamento da história, mas que permanece fiel à aliança por meio de uma nova linguagem revelacional.

Essa função pastoral é especialmente evidente em comunidades como Qumran, cujos textos demonstram uma espiritualidade fortemente escatológica, com ênfase na pureza, na espera vigilante e na separação dos “filhos da luz” em relação aos “filhos das trevas”. De acordo com George W. E. Nickelsburg (2003), a escatologia apocalíptica oferece um sistema de sentido que permite às comunidades perseguidas compreender sua marginalização como parte de um plano divino maior, no qual sua fidelidade será recompensada e o mundo será finalmente restaurado. Essa dimensão de consolo teológico, construída sobre o julgamento e a esperança, reafirma o caráter pastoral da literatura apocalíptica.

John J. Collins (2021) também enfatiza que, embora o foco da apocalíptica esteja voltado para o fim dos tempos, ela possui uma ética presente. Os apocalípticos exortam os justos à perseverança, à obediência à Lei e à esperança ativa. O “tempo do fim” não é apenas uma cronologia futura, mas uma lente através da qual se interpreta o presente, resignificando o sofrimento e dando valor à resistência. A fidelidade vivida hoje é o critério do juízo futuro, o que confere ao cotidiano da comunidade uma dignidade escatológica.

Ademais, a dimensão simbólica das visões apocalípticas, longe de afastar da realidade, permite reinterpretá-la sob outra ótica. As metáforas de batalha, os tronos celestiais, os livros do juízo e as figuras como o Filho do Homem ou os anjos intercessores, servem para ampliar a consciência da comunidade sobre sua missão no mundo. Como afirma Michael E. Stone (1991), essas imagens não são evasões, mas instrumentos de resistência cultural e teológica: dão nome ao inimigo, apontam o caminho da justiça e afirmam a soberania de Deus contra as potências opressoras.

A apocalíptica, portanto, oferece mais do que uma doutrina futura: ela organiza a vida presente a partir de uma visão de mundo em que a história, mesmo desfigurada, está nas mãos de Deus. Por meio de sua linguagem visionária, ela reconstrói a esperança quebrada, dá voz ao sofrimento silenciado e transforma a espera em virtude. Sua teologia é, ao mesmo tempo, denúncia e consolo; crítica e promessa; fidelidade e reinvenção. Nesse sentido, a contribuição de Hanson é decisiva ao revelar que a apocalíptica deve ser lida não apenas como literatura escatológica, mas como teologia pastoral — um discurso feito para nutrir a fé em tempos de ausência e colapso.

6.4. Debates e críticas à tese de Hanson

A proposta de Hanson (1975) gerou amplas discussões na pesquisa teológica e bíblica. Seu modelo foi amplamente aceito por autores como Nickelsburg (2003) e Stone (1991), que reforçam a continuidade entre profecia e apocalíptica. No entanto, outros estudiosos propuseram correções e complementações. John J. Collins (2021), por exemplo, embora reconheça a importância da transição interna, sugere que a apocalíptica também incorpora influências externas, como a literatura babilônica e persa. Para ele, a apocalíptica é um fenômeno híbrido: ela nasce da tradição profética, mas se desenvolve em diálogo com novos paradigmas culturais e religiosos.

Apesar dessas discussões, a tese de Hanson continua sendo referência incontornável nos estudos sobre a origem da apocalíptica. Sua contribuição reside na demonstração de que essa literatura não representa ruptura, mas transformação: ela é a fidelidade reconfigurada, a aliança transcrita em símbolos, a profecia transposta para o tempo do fim. Com isso, Hanson não apenas reconstrói a genealogia teológica da apocalíptica, mas também reabilita seu valor espiritual como resposta legítima à crise.

Outra crítica significativa à tese de Hanson reside na sua ênfase quase exclusiva na crise interna de Judá como matriz do apocalipticismo, minimizando os impactos culturais e intelectuais do mundo persa e helenístico. Pesquisadores como Lester L. Grabbe e Benjamin G. Wright argumentam que o ambiente sincrético do Oriente Próximo influenciou profundamente a teologia apocalíptica, especialmente na adoção de temas como o dualismo cósmico, o determinismo histórico e a mediação angelológica. Esses elementos, segundo os críticos, não derivam diretamente do profetismo clássico, mas refletem o contato com tradições religiosas estrangeiras, como o zoroastrismo e a escatologia imperial. Nesse sentido, a apocalíptica seria não apenas uma resposta à crise de identidade de Israel, mas também um produto do intercâmbio entre culturas e cosmovisões no contexto do imperialismo tardio.

Ainda assim, mesmo diante dessas revisões críticas, a estrutura interpretativa proposta por Hanson permanece relevante, sobretudo por oferecer uma chave hermenêutica capaz de integrar coerentemente a continuidade e a inovação no pensamento escatológico judaico. Sua leitura enfatiza que, ainda que transformada, a esperança profética não desaparece, mas se reinventa em um novo paradigma simbólico, adequado à experiência de marginalização e silêncio histórico vivida por Israel. Assim, a apocalíptica se torna não apenas um testemunho da crise, mas um ato teológico de resistência, no qual a tradição é preservada e projetada para além da história. Trata-se, portanto, de uma fidelidade reinterpretada, onde a memória da aliança se reconfigura como promessa visionária diante da escuridão do presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação proposta ao longo deste artigo demonstrou que a literatura apocalíptica judaica não pode ser compreendida como uma ruptura com o profetismo clássico de Israel, mas sim como sua continuação reinterpretada, forjada em um contexto de crise histórica, política e teológica.

A hipótese sustentada por Paul D. Hanson — de que a apocalíptica emerge como desdobramento interno da tradição profética, diante da falência das instituições pós-exílicas — revelou-se plenamente coerente com os dados textuais e históricos

analisados. A apocalíptica nasce, portanto, como expressão da fidelidade à aliança em tempos de colapso, convertendo a esperança frustrada em visão revelada.

A permanência dos temas escatológicos proféticos — o juízo de Deus, a restauração dos justos, a crítica à opressão — comprova a continuidade substancial entre profecia e apocalíptica. A diferença reside na linguagem: enquanto os profetas proclamavam publicamente a palavra de Yahweh com ênfase histórica, os apocalípticos recorrem a narrativas simbólicas, visões e estruturas cosmológicas para transmitir uma mensagem semelhante. Ambos, contudo, denunciam a corrupção do presente e anunciam o advento de uma nova realidade conforme os desígnios divinos.

Ao analisar autores como Collins, Stone, Henze e Nickelsburg, foi possível compreender que a apocalíptica não é fruto exclusivo do desencanto político interno, mas também do diálogo com contextos culturais externos, como a dominação persa e helenista. Ainda assim, como defendeu este estudo, seu núcleo teológico permanece profundamente enraizado na tradição profética israelita. É essa fidelidade reinterpretada que garante à apocalíptica sua força e relevância dentro da história da teologia bíblica.

A transição do profetismo para a apocalíptica representa, assim, uma transformação hermenêutica: diante da opacidade da história, o crente é chamado a crer no invisível, a esperar pela revelação, a manter-se fiel mesmo quando os sinais de Deus parecem ausentes. A literatura apocalíptica é, nesse sentido, mais do que uma forma literária ou uma expressão religiosa: ela é uma teologia da resistência e da esperança, que reconfigura a promessa diante da crise e projeta no futuro o triunfo definitivo da justiça divina.

Ao concluir esta pesquisa, reafirma-se que compreender a apocalíptica a partir de suas raízes proféticas é reconhecer sua profundidade teológica e sua função pastoral. Ela nasce para sustentar a fé dos justos em meio à opressão, oferecendo uma visão que ultrapassa os limites da história e abre espaço para a manifestação plena da glória de Deus. É, por isso, uma palavra de fidelidade, escrita no tempo do silêncio, mas voltada ao tempo do fim.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Paulus, 2013.

BARTON, John. **The Theology of the Book of Amos**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

COLLINS, John J. **A imaginação apocalíptica: uma introdução à literatura apocalíptica judaica**. São Paulo: Paulus, 2021.

FISHBANE, Michael. **Biblical Interpretation in Ancient Israel**. Oxford: Clarendon Press, 2005.

GRABBE, Lester L. **A History of the Jews and Judaism in the Second Temple Period: The Coming of the Greeks: The Early Hellenistic Period (335–175 BCE)**. Londres: T&T Clark, 2008.

HANSON, Paul D. **The Dawn of Apocalyptic: The Historical and Sociological Roots of Jewish Apocalyptic Eschatology**. Philadelphia: Fortress Press, 1975.

HESCHEL, Abraham J. **The Prophets**. New York: HarperPerennial Modern Thought, 2001.

HENZE, Matthias. **Jewish Apocalypticism in Late First Century Israel: Reading Second Baruch in Context**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2011.

LANGE, Armin; TUBBS, Eric M.; HAWKINS, Matthias; KAPPELLE, Esther (Orgs.). **Prophets, prophecy, and prophetic texts in Second Temple Judaism**. New York: T&T Clark, 2006.

NICKELSBURG, George W. E. **Jewish Literature between the Bible and the Mishnah: A Historical and Literary Introduction**. Minneapolis: Fortress Press, 2003.

SICRE DÍAZ, José Luis. **Introdução ao profetismo bíblico**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

STONE, Michael E. **The Literature of the Jewish People in the Period of the Second Temple and the Talmud**. Leiden: Brill, 1991.

WRIGHT, Benjamin G. **Praise Israel for Wisdom and Instruction: Essays on Ben Sira and Wisdom, the Letter of Aristeas and the Septuagint**. Leiden: Brill, 2008.